

A COOPERATIVA POPULAR DE TRABALHO: UMA CONTRIBUIÇÃO À COMPREENSÃO DO SIGNIFICADO DE COOPERATIVA PARA AS COSTUREIRAS DO PARQUE SÃO BARTOLOMEU EM SALVADOR, BAHIA*

Alexandra Flávio Bunchaft**
Sônia Maria Guedes Gondim***

RESUMO

Este artigo analisa o significado de cooperativa para as costureiras da Cooperativa de Mulheres do Parque São Bartolomeu, situada no Subúrbio Ferroviário de Salvador, Bahia. No contexto da globalização, o cooperativismo popular de trabalho surge como uma das alternativas produtivas para minimizar a exclusão social. Deste modo, argumenta-se que a organização cooperativa exige uma mudança nas relações laborais e, ao contrário da organização capitalista, privilegia as relações horizontais de trabalho entre seus membros. Considera-se que a compreensão dos significados da cooperativa poderá favorecer a compreensão da identidade organizacional em cooperativas populares de trabalho. A análise deste significado se baseou nas respostas das cooperadas a dois questionários aplicados em momentos distintos de funcionamento da cooperativa. Foi utilizada a técnica dos mapas cognitivos para analisar as respostas abertas e categorizá-las. Uma das principais conclusões foi a de que o significado da cooperativa abrange cinco dimensões: a) social, b) organizacional, c) racional, d) político-econômica e e) legal, com destaque para o aspecto social.

ABSTRACT

This paper attempts to analyze the meaning of cooperativism to the seamstresses of the Parque São Bartolomeu Cooperativa, in the Subúrbio Ferroviário (Train Suburb), area of Salvador. In the context of globalization, cooperativism is becoming a productive alternative for minimizing social exclusion. It is said that the cooperative organization needs a change in professional relations but, unlike the capitalist organization, seeks to maintain a flatter organization. The understanding of the meaning of cooperative leads to a better understanding of organizational identity of popular cooperatives work. The analysis of the meaning was achieved in the answers of the workers cooperatives in two questionnaires given at different times of the cooperative's operations. It was used cognitive maps to analyse and categorize open-ended answers. One of the most important conclusions was that the meaning of cooperative work has five dimensions: a) social, b) organizational, c) rational, d) political-economical, and e) legal, with emphasis on the social aspect.

**Este artigo foi resultante da dissertação de mestrado intitulada "A identidade do trabalhador cooperado em uma organização popular e solidária de trabalho: o caso da cooperativa de mulheres do Parque São Bartolomeu, em Salvador, Bahia", de autoria de Alexandra F. Bunchaft, orientada pela Profª Drª. Sônia Gondim, no âmbito do Programa de Mestrado em Psicologia/UFBA.*

*** Profª FTC, Unyhama e substituta/UFBA*

**** Profª PPGPSI/FFCH/UFBA*

INTRODUÇÃO

O projeto de formação de cooperativas populares de trabalho possui relevância social, em especial por ser uma alternativa para enfrentar o agravamento do quadro de desemprego em todo o mundo e no Brasil. O aumento de tal fenômeno social é decorrente, não só das profundas e recentes mudanças globais que desequilibram a relação entre capital e trabalho, o que repercute na redução de postos de trabalho, bem como do processo histórico de exclusão social característico da formação econômica de nosso país (SANTOS e RODRIGUEZ, 2002).

As organizações cooperativas de trabalho possuem três características fundamentais: a propriedade coletiva do capital, a gestão cooperativa e a repartição coletiva do trabalho e das sobras líquidas para os associados (ALBUQUERQUE E CIRINO, 2001). A rigor, defende-se que a organização cooperativa exige uma reorientação nas relações de trabalho, distinta da socialização profissional vigente na iniciativa privada, em que há uma forte ênfase no individualismo e nas relações empregatícias verticais (patrão-empregado). O empresário concede o emprego, paga salário e benefícios ao trabalhador, que em contrapartida, vende a sua força de trabalho para o cumprimento das tarefas requeridas.

No caso da cooperativa, as relações horizontais de trabalho se tornam uma condição necessária, visto que a propriedade do empreendimento é coletiva, as responsabilidades e ganhos devem ser proporcionalmente distribuídos e a diretoria não tem poder de tomar decisões sem respaldo do grupo, pois assume apenas uma função representativa e de coordenação dos processos de trabalho. Enfim, embora a sua estrutura de gestão inclua uma diretoria, ela é fortemente ancorada na participação democrática e na distribuição dos ganhos de produção, conforme as demandas de mercado e os esforços coletivos e individuais dos cooperados. Olhando por esta perspectiva, parece ser fácil a transposição de um modelo vertical para um modelo horizontal de relações de trabalho. Na prática, no entanto, a experiência se defronta com, pelo menos, duas grandes dificuldades.

A primeira delas reside no fato de que a experiência de cooperativismo de trabalho é recente no Brasil, especialmente na região Nordeste, que possui baixo nível de desenvolvimento industrial e concentra a população menos instruída do país. As experiências nacionais, que foram iniciadas há poucas décadas, estão sendo conduzidas, em sua maioria, por órgãos financiadores e sob regime de incubação, cujo objetivo principal é o de oferecer infra-estrutura física e técnico-administrativa até que as cooperativas reúnam condições de sustentabilidade.

Durante o período de incubação fica evidenciado que, apesar do incentivo externo por meio da infra-estrutura oferecida para viabilizar a autonomia das cooperativas, não é possível estimar com precisão quais as reais chances de sobrevivência destas organizações no mercado. Uma das alternativas para superar esta dificuldade tem sido a criação de uma rede solidária, capaz de gerar um processo de apoio mútuo entre as cooperativas para consumo e para a realização de parcerias na cadeia de produção (SINGER, 2002).

A segunda dificuldade é a de formação da identidade de grupo. Para muitos, é a necessidade de uma remuneração fixa mensal que os leva a ingressar em uma cooperativa de trabalho. E, sendo assim, há uma tendência em tomar como referência o modelo de relações empregatícias verticais (patrão-empregado), baseado no assalariamento, e em valores individualistas, o que é uma limitação para a constituição de uma identidade grupal fundamentada na cooperação.

De acordo com esta linha de argumentação, há processos psicossociais que podem contribuir para a eficácia das cooperativas de trabalho, com destaque para a coesão grupal e o comprometimento coletivo com as atividades da organização (ALBUQUERQUE, MASCAREÑO e LUCENA, 2001). Em resumo, as autoras deste artigo concordam com o ponto de vista de que a adesão dos associados aos valores da solidariedade e de ajuda mútua, assim como a capacitação do grupo para se organizar para a produção coletiva de trabalho, são dois aspectos significativos de uma organização cooperativa de trabalho, e que podem contribuir tanto na

construção da identidade de ser cooperado (identidade organizacional), quanto na transição das relações verticais de trabalho para as relações horizontais.

Este artigo pretende discorrer sobre o significado da cooperativa pela perspectiva das costureiras do Parque São Bartolomeu, análise feita a partir das respostas a dois questionários aplicados em momentos distintos do seu primeiro ano de funcionamento: no sexto mês (avaliação de processo) e no décimo segundo mês (avaliação de resultados)¹.

A Cooperativa de Mulheres do Parque São Bartolomeu é um projeto executado pela organização não governamental Pangea - Centro de Estudos Socioambientais, financiado pela Fundação Telefônica, que iniciou as suas atividades em janeiro de 2002, com o objetivo de propiciar condições de trabalho remunerado para mulheres de baixa renda, em sua maioria chefes de família e residentes na periferia de Salvador. Um dos motivos que justificou a realização do projeto no Subúrbio Ferroviário foi o fato desta região possuir, segundo o Censo 2000/IBGE e os dados dos boletins de ocorrência da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia (2000), os mais elevados índices de pobreza e violência da cidade de Salvador.

A referida cooperativa de costureiras é composta por 20 mulheres de etnia negra, residentes na periferia de Salvador, cuja faixa etária se situa entre 21 e 64 anos. Nove delas possuem de 21 a 35 anos e 11 de 36 a 64 anos. Os números pertinentes à escolaridade das mulheres indicam que sete freqüentaram da primeira a quarta série, oito, da quinta à oitava série do primeiro grau, e apenas cinco cursaram o segundo grau. No tocante ao número de filhos, nota-se que há um elevado índice, pois 17 possuem de um a cinco, sendo que oito delas são solteiras ou viúvas, o que evidencia o elevado número de mulheres chefes de família, que assumem a responsabilidade pela manutenção do lar.

O texto está dividido em quatro seções, a saber: a) a primeira trata do debate sobre o cooperativismo de trabalho na contemporaneidade; b) a segunda discute a influência dos fatores psicossociais na constituição da organização cooperativa, c) a terceira apresenta e discute os resultados encontrados nesta pesquisa e d) a quarta faz algumas considerações finais sobre as principais conclusões, apontando alguns limites da análise e sugerindo possíveis desdobramentos de estudos futuros.

ASPECTOS CONTEXTUAIS E LOCAIS DO COOPERATIVISMO DE TRABALHO

O cooperativismo tem origem no cenário do capitalismo industrial como reação às precárias condições de trabalho a que os operários estavam sujeitos, principalmente, na Inglaterra e França do século XIX. Na Inglaterra, em especial, registra-se a experiência que seria a base do cooperativismo contemporâneo, a cooperativa de consumo de Rochdale, em Manchester, fundada em 1844, cujo objetivo era combater a miséria provocada pelos baixos salários.

Outros motivos foram incorporados à defesa do cooperativismo na sociedade atual, em especial decorrentes dos processos de reestruturação produtiva e dos novos modelos de gestão de trabalho que têm como base a flexibilização, a precarização do trabalho e o conseqüente desemprego (DRUCK, 2002).

Nos últimos anos, as relações de trabalho têm passado por mudanças profundas no contexto mundial. No cenário da globalização, observa-se a desestruturação do modelo industrial, cuja base produtiva fordista passa a ser globalizada, em que os fatores de produção (tecnologia, salários, matéria-prima e capital) são pulverizados em diversas regiões do mundo, de acordo com o custos e as vantagens obtidas nestas localidades, contribuindo, portanto, para hegemonia do capital financeiro de caráter especulativo.

¹ *A cooperativa de costureiras vem sendo investigada pela primeira autora, sob orientação da segunda autora, em sua dissertação de mestrado. A abordagem adotada é a de estudo de caso que inclui observação participante, grupos focais e análise documental. Este artigo faz um pequeno recorte a partir da análise de dois questionários de avaliação aplicados pela ONG incubadora.*

Já em 1996, a Organização Internacional do Trabalho divulgava que o desemprego atingia 30% da força de trabalho de uma população estimada em 6 bilhões de pessoas, processo este intimamente articulado ao modelo de globalização em voga (OLIVEIRA, 1997):

(...) a globalização, enquanto fenômeno nocivo para as economias locais, aprofunda a tendência das grandes corporações de investirem em alta tecnologia e reduzirem as contratações de mão-de-obra como forma de fazerem frente aos seus concorrentes. A competição globalizada empurra as grandes corporações a investirem em alta tecnologia, em detrimento da ampliação dos postos de trabalho. Esse mesmo movimento faz emergir uma sociedade de desempregados e subempregados (...)” (Oliveira, 1997, p.18).

Enfim, a atual crise econômica mundial, que contribui para a elevação dos índices de desemprego, mina as bases de regulação das sociedades, marcadas pela articulação entre Estado e mercado, e é justamente quando estes agentes de regulação social reduzem suas capacidades de satisfazer necessidades sociais e econômicas, que as formas atuais de organização associativa encontram espaço para se expandir.

A autonomia, a democracia, a igualdade, a justiça distributiva e a solidariedade constituem os principais valores do cooperativismo, e se encontram expressos em alguns de seus princípios: tomada de decisão participativa, independência de vínculos político-partidários, flexibilidade de entrada de novos membros, distribuição das sobras e produção inteiramente dos cooperados (SANTOS e RODRIGUEZ, 2002). Deste modo, uma cooperativa de pequeno porte toma suas decisões em assembléia e todos têm o mesmo direito de voto. Se for de grande porte, os sócios elegem delegados por seção, que se reúnem para deliberar em nome de todos. As ordens e as instruções têm um fluxo horizontal, o que contribui para a cooperação, a participação dos associados nos processos decisórios e a prática da autogestão. A autogestão parece ser mais oportuna para transformar organizações solidárias em centros de interação democráticos e economicamente produtivos, ao passo que a heterogestão parece ser pertinente para manter a competitividade entre as empresas capitalistas e assegurar a orientação para o lucro (SINGER, 2002).

Enfim, não só por questões ideológicas, mas também por necessidades sociais prementes que exigem soluções para o desemprego, o cooperativismo tem sido apontado como uma das alternativas para a criação de postos de trabalho, ainda que se reconheça que a expansão de algumas experiências de cooperativismo, em diversas partes do mundo, não tenha até o momento se consolidado como uma modalidade produtiva viável a médio e longo prazo.

Este aspecto tem relação com o fato de as cooperativas estarem aprisionadas a dois dilemas estruturais: i) a lentidão na tomada de decisões por respeito às normas e aos princípios democráticos que regem o cooperativismo, muitas vezes incompatível com as demandas de curto prazo do mercado e ii) o montante de capital necessário à sustentação de cooperativas populares de trabalho, obtido por meio de investidores externos (com objetivos, muitas vezes, distintos dos princípios desta modalidade de organização) ou por órgãos financiadores governamentais (SANTOS e RODRIGUEZ, 2002).

Ainda assim, a proposta do cooperativismo popular procura responder ao contexto da crise do emprego, característico da sociedade atual. Este processo de retomada do interesse pelo cooperativismo como alternativa de produção no contexto da globalização se deve a quatro razões fundamentais:

- As cooperativas, mesmo que baseadas em valores não capitalistas, encontram-se inseridas na economia de mercado, que assume um papel central no cooperativismo, ao estimular a autonomia, a descentralização e a eficiência econômica;
- No contexto da globalização, as cooperativas reúnem condições mais favoráveis de serem produtivas do que as empresas tipicamente capitalistas, visto que os trabalhadores ao serem os proprietários, estariam mais motivados para se dedicarem ao trabalho, assim como, sua forma de organização permitiria se adaptar às mudanças rápidas das demandas do mercado;

- A difusão de cooperativas repercute diretamente na socialização da propriedade, visto que o aumento do número de cooperativas é acompanhado do aumento de proprietários e, portanto, haverá menos relações de subordinação entre capital e trabalho, o que é particularmente importante em regiões, como a América Latina, com elevada desigualdade de classes, e
- As cooperativas geram benefícios sociais importantes em contextos de desigualdade ao construírem redes de interação social e econômica, exercendo um papel significativo na promoção do desenvolvimento local (SANTOS e RODRIGUEZ, 2002).

Vale destacar a renovação do cooperativismo em vários setores econômicos, pois a cada dia surgem novas cooperativas de trabalhadores nos segmentos de **produção, comercialização, créditos e serviços** (SAIGER, 2001). Há uma procura contínua de novas alternativas por meio de vínculos comunitários, o que facilita a preservação de identidades coletivas, respaldadas na história e em territórios comuns.

Desde a década de 80, vem sendo constatado o enorme potencial existente no meio acadêmico e no âmbito da sociedade civil organizada para a constituição de programas de geração de trabalho e renda, por meio de projetos de incentivo à criação de novos negócios em empreendimentos coletivos, basicamente através de organizações associativas e cooperativas².

(...) As cooperativas, enquanto entidades de direito próprio, acabaram se consolidando como a melhor alternativa para a forma jurídica desses empreendimentos, na medida que dispõem de instrumentos análogos às empresas comuns, ao mesmo tempo em que a lei lhes faculta certas vantagens em termos tributários. A própria situação de crise no emprego vem abrindo espaço para que se aprofundem as ações destinadas a articular e integrar esse potencial (PANGEA, 1998, p.2).

Observa-se, também, a intensificação, nos últimos anos, da presença de cooperativas localizadas em periferias urbanas e integradas por segmentos de baixa renda. Cabe assinalar que é a partir dos anos 90, que o movimento do cooperativismo começa a se estabelecer entre trabalhadores de baixa renda, como possibilidade de desenvolvimento sócio-econômico (PANGEA, 1998). Estas formas de organização, no entanto, enfrentaram inúmeras dificuldades para sua sobrevivência, haja vista a falta de uma cultura empreendedora, a baixa qualificação gerencial e a dificuldade de acesso a crédito e ao financiamento. Muitas delas, entretanto, lograram sucesso, incentivando outros grupos de trabalhadores a se organizarem neste formato. Tais como, a Asmare, que é uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis localizada em Belo Horizonte, Minas Gerais, e a COOPEROCA, cooperativa de costureiras da Rocinha, que opera no Rio de Janeiro.

Acredita-se que o sucesso destes empreendimentos deva-se, em parte, à formação de uma capacidade gerencial própria e ao apoio provisório de entidades públicas e privadas que possibilitaram que essas organizações populares pudessem se estruturar e se capacitar para uma inserção competitiva no mercado. O amadurecimento destas experiências pode, então, vir a contribuir para o fortalecimento de práticas de organização coletiva no trabalho e a disseminação de uma conduta empreendedora, fundada no princípio de cooperação, de que é portador o associativismo e, em especial, o cooperativismo em sua vertente de trabalho popular.

O processo de construção do significado da cooperativa assume papel fundamental neste contexto, pois não se pode pensar nesta modalidade de organização de trabalho sem que os valores compartilhados pelos indivíduos que dela fazem parte sejam compatíveis com os princípios de ajuda mútua e solidariedade.

² Seguindo esta tendência, a Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão e de Participação Acionária (Anteag) já coordenou a transformação de centenas de empresas em crise financeira para organizações cooperativas, assim como as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) inseridas em universidades, das quais 13 formam uma rede, estão sendo responsáveis pela formação de inúmeras cooperativas de trabalho. Em 1999, esta rede se filiou à Fundação Unitrabalho, que reúne mais de 80 universidades e presta serviços a diferentes áreas. As incubadoras organizam comunidades periféricas em cooperativas mediante apoio técnico-estrutural, que inclui um complexo processo de formação no qual as práticas tradicionais de solidariedade se transformam em instrumentos de emancipação social.

FATORES PSICOSSOCIAIS QUE INFLUENCIAM NA ORGANIZAÇÃO COOPERATIVA

É possível identificar quatro fatores psicossociais que influenciam a organização cooperativa. O primeiro deles diz respeito ao processo de socialização do indivíduo. Um indivíduo, que é socializado em um contexto cultural de valores coletivistas, tende a desenvolver uma personalidade mais voltada para o grupo e um indivíduo que, ao contrário, é socializado em um contexto que valoriza o individualismo, tende a ser egocêntrico, ou seja, voltado para si mesmo (TRIANDIS, 1995).

O segundo fator está relacionado a um processo que ocorre dentro do próprio grupo, a coesão grupal, que facilita a união dos membros e seu comprometimento com as atividades da organização. Por outro lado, esta mesma coesão grupal pode vir a prejudicar a produção na cooperativa, na medida em que o excesso de interdependência nas atividades do processo produtivo torna lenta a capacidade de resposta da organização às demandas do mercado (ALBUQUERQUE, MASCAREÑO e LUCENA, 2001).

O terceiro fator é relativo ao perfil da organização, pois a forma como as cooperativas são criadas repercute na construção de sua identidade organizacional. Quanto menor a influência externa na sua estruturação, menor a tendência dos associados em percebê-la como assistencialista, ou seja, maior a tendência em avaliar a cooperativa como uma iniciativa para a promoção do desenvolvimento coletivo.

O quarto fator é a legitimação do poder na cooperativa e se encontra relacionado à participação de cada cooperado. Deste modo, quanto mais o associado se percebe representado pela diretoria eleita, maior será o seu envolvimento nas atividades da cooperativa (ALBUQUERQUE, MASCAREÑO e LUCENA, 2001).

A observância destes fatores psicossociais ajuda a compreender a formação da identidade organizacional de cooperados, tendo como ponto de partida a construção do significado da cooperativa. Neste artigo será dada ênfase somente ao significado que as costureiras do Parque São Bartolomeu atribuem à cooperativa popular de trabalho, da qual fazem parte.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise realizada utilizou dados provenientes de questionários de avaliação da Cooperativa de Mulheres do Parque São Bartolomeu durante o seu primeiro ano de funcionamento. Este processo de avaliação ocorreu em três etapas ao longo de doze meses: i) no marco zero, ou seja, no primeiro mês de formação da cooperativa; ii) no seu sexto mês de funcionamento e iii) no final do seu primeiro ano, ou seja, na avaliação de resultados. O questionário continha 56 perguntas, 31 objetivas e 25 subjetivas, e foi aplicado às 20 costureiras da cooperativa, com o objetivo de avaliar indicadores sociais relativos a fatores sócio-demográficos, psicossociais e profissionalizantes durante o processo de implantação desta organização.

Para fins de discussão neste artigo, apenas a única questão aberta relativa ao significado da cooperativa foi considerada. Os conteúdos foram agrupados em categorias temáticas e mapeados (mapas de identidade) de acordo com a frequência e a ordem de evocação (BASTOS, 2000) presentes nas respostas escritas das costureiras em dois momentos da avaliação (avaliação de processo e de resultados).

As respostas foram agrupadas em cinco categorias construídas indutivamente (Quadros 1 e 2): i) social (foco na ajuda mútua); ii) organizacional (foco no sentimento de pertencimento a um grupo organizado de trabalho); iii) racional (foco na relação dos objetivos-fins que orientam as ações-meios); iv) político (foco na distribuição de poder e de ganhos) e v) legal (foco na institucionalização do grupo como associação).

Conforme pode ser observado nos Quadros 1 e 2, nota-se que os significados da cooperativa estão vinculados a cinco dimensões. A dimensão social enfatiza a cooperativa como um grupo de ajuda mútua, ou seja, o que é relevante são as relações de solidariedade firmadas no grupo. A dimensão organizacional dá destaque à cooperativa como um grupo de trabalho coletivo e que, em outras pala-

bras, significa eleger a organização como um lugar privilegiado para o trabalho cooperativo. Por sua vez, a dimensão racional ressalta a importância de haver objetivos (fins) que orientem as ações (meios) do grupo. Dito de outro modo, o significado está em estabelecer metas e planejar as atividades produtivas dos associados. A dimensão político-econômica aponta a descentralização do poder e de ganhos que, no caso da cooperativa, é fortemente marcada pela autogestão e democratização nos processos decisórios. Por último, a dimensão legal assinala a institucionalização como o fator relevante, o que significa que as regras, normas, estatutos e regimentos que norteiam a relação de trabalho de um grupo de pessoas, as qualifica para se inserir e conquistar um espaço no mercado.

Quadro 1: Significado da Cooperativa no Sexto Mês de Formação

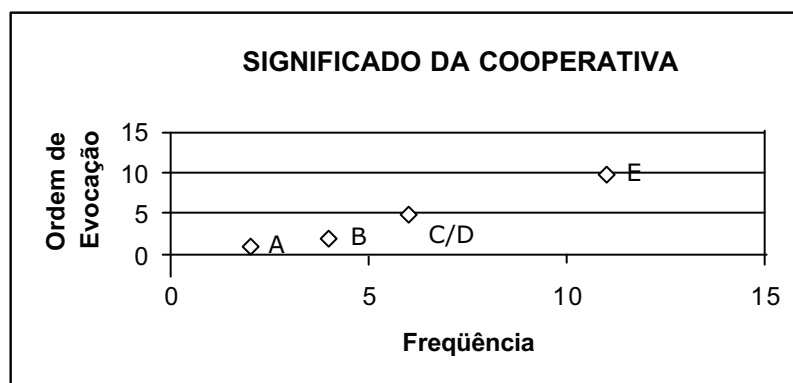
SIGNIFICADO DA COOPERATIVA	RESPOSTAS DAS COOPERADAS
SOCIAL Foco na ajuda mútua	"É um grupo de pessoas que se AJUDAM" "É a cooperação de um com o outro, eu definiria assim, o nome já diz: cooperar" "Uma coopera com a outra"
ORGANIZACIONAL Foco no objetivo da união do grupo de trabalho	"É um grupo de pessoas que se JUNTAM PARA FAZER UM TRABALHO" "As pessoas se unem para trabalhar em conjunto" "Trabalho mútuo, de parceria, de grupo".
RACIONAL Foco na relação meio/fim	"Um grupo de pessoas que se REÚNE COM UM OBJETIVO DE COSTURAR" "É um grupo de pessoas que trabalham com um objetivo comum".
POLÍTICO-ECONÔMICA Foco na distribuição de poder e de ganhos	"É aquela que NÃO tem PATRÃO e sim os próprios donos são os cooperados". "Na empresa o dinheiro é o mesmo, na cooperativa, quando mais se trabalha, mais se ganha".
LEGAL Foco na institucionalização do grupo	"É um grupo de pessoas ASSOCIADAS".

Quadro 2: Significado da Cooperativa no Décimo Segundo Mês de Formação

SIGNIFICADO DA COOPERATIVA	RESPOSTAS DAS COOPERADAS
SOCIAL Foco na ajuda mútua	"É uma COOPERAR COM A OUTRA no espaço em que a gente convive" "É um ajudar o outro" "É cooperar. SE UMA NÃO PODE FAZER, EU FAÇO"
ORGANIZACIONAL Foco no objetivo da união do grupo de trabalho	"É trabalhar em conjunto" "É A MANEIRA DA PESSOA TRABALHAR EM GRUPO. É diferente do serviço individual" "Um grupo de pessoas que faz o trabalho junto".
RACIONAL Foco na relação meio/fim	"É a cooperação de todos PARA O MESMO FIM, que é costurar" "Um grupo de pessoas lutando pelo mesmo objetivo, que é o trabalho".
POLÍTICO-ECONÔMICA Foco na distribuição de poder e de ganhos	"TODO MUNDO É DONO. A gente trabalha p'ra gente mesmo. Se trabalhar ganha, se não trabalhar, não ganha". "Um grupo de pessoas que trabalha e recebe por aquilo que produz".

Os Mapas 1 e 2 apresentam a ordem decrescente de freqüência e de evocação das respostas das cooperadas nos dois momentos analisados, em que se destacam as cinco dimensões de significado apontadas nos Quadros 1 e 2. É digno de nota observar que a ordem de freqüência e de evocação cresceu na mesma proporção, o que reforça a importância da dimensão social, expressa na solidariedade e ajuda mútua como aspectos importantes para a constituição de uma organização cooperativa. Ao mesmo tempo, cabe destacar que fica evidenciada a pluridimensionalidade dos vínculos e expectativas das cooperadas em relação a este novo formato organizacional, o que é congruente com o processo de capacitação pedagógica de programas desenvolvidos por organizações incubadoras, que privilegia as dimensões que ultrapassam a esfera econômica, especialmente as atinentes ao plano social, político, organizacional, racional e legal. E parece que estão obtendo sucesso em sua proposta, o que de modo algum assegura o êxito da cooperativa na prática, mas tão somente que o discurso parece estar sendo apreendido e pode vir a dar o suporte necessário à construção de uma identidade organizacional essencial para a sua auto-sustentabilidade no mercado.

**Mapa 1: Ordem de Evocação e Freqüência de Resposta
Momento 1: Avaliação de Processo**



LEGENDA:

Significado da Cooperativa

A Dimensão Formal/Legal – Grupo Institucionalizado de Trabalho (2,1)

B Dimensão Político-Econômica - Grupo de Trabalho baseado na Autogestão (4,2)

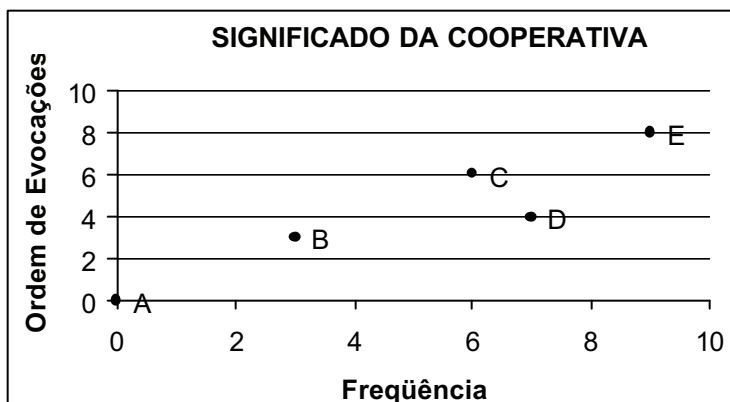
C Dimensão Racional-Instrumental - Grupo de Trabalho com Objetivos Definidos (6,5)

D Dimensão Organizacional - Grupo de Trabalho Coletivo (6,5)

E Dimensão Social - Grupo de Ajuda Mútua (11,10)

Os resultados também permitem afirmar a existência de uma identidade grupal, baseada em valores associativos, tais como solidariedade, cooperação e ajuda mútua, ao invés da ênfase na cooperativa apenas como uma organização economicamente produtiva. As dimensões formal e político-econômica do significado da cooperativa (Mapas 1 e 2) tiveram baixa freqüência e ordem de evocação, isto é, poucas participantes se referiram a estas categorias. Pode-se inferir deste resultado que as associadas talvez ainda não estejam vivenciando de modo concreto a cooperativa como uma empresa economicamente produtiva, visto permanecerem incubadas e em fase de investimento pessoal e profissional, sem que suas expectativas iniciais de remuneração tenham sido plenamente atendidas. *“Acabamos de ganhar uma loja e ainda não temos condições de comprar na nossa própria loja”, “Tem meses em que a gente trabalha, trabalha, trabalha e não dá para pagar tudo o que a gente precisa, mas mesmo assim estamos na batalha”.*

Mapa 2: Ordem de Evocação e Freqüência de Resposta
Momento 2: Avaliação de Resultados



LEGENDA

Significado da Cooperativa

A Dimensão Formal/Legal - Grupo de Trabalho Institucionalizado (0,0)

B Dimensão Político/Econ.-Grupo de Trabalho baseado em Novas Relações de Trabalho (3,3)

C Dimensão Racional/Instrumental - Grupo de Trabalho com Objetivos Definidos (6,6)

D Dimensão Organizacional - Grupo de Trabalho Coletivo (7,4)

E Dimensão Social - Grupo de Ajuda Mútua (9,8)

Apesar da dimensão social ainda prevalecer ao final do primeiro ano da cooperativa, ela perdeu um pouco a sua força, o que denuncia a importância que outras dimensões vieram a assumir na construção do significado da cooperativa. A dimensão organizacional cresce, assim como a dimensão racional, revelando que, embora a solidariedade seja fundamental nesta modalidade de organização, sua sobrevivência depende de um planejamento respaldado em objetivos definidos coletivamente e do sentimento de pertencimento a um grupo organizado de trabalho. Surpreendentemente, no entanto, a dimensão formal legal perde fôlego, talvez porque o processo de institucionalização e legalização da cooperativa nesta fase já tenha sido concluído, não constituindo mais uma preocupação central para as cooperadas.

A dimensão político-econômica da organização foi pouco mencionada pelas cooperadas. Este é um aspecto que deve ser analisado, já que a presente cooperativa se encontra em processo de incubação e esta dimensão é fundamental para a consolidação de uma organização desta natureza. Sua sobrevivência como uma empresa economicamente produtiva dependerá da habilidade da diretoria eleita conciliar os princípios cooperativistas com as exigências práticas das ações administrativas rotineiras. Este é um aspecto importante no funcionamento deste tipo de organização, pois se houver centralização do poder pela diretoria e passividade dos associados, uma das conseqüências poderá ser a reprodução do modelo vertical das relações laborais nos processos decisórios da cooperativa, o que seria um equívoco crucial que comprometeria a construção de um empreendimento de base solidária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo exposto, pode-se concluir que o significado da cooperativa popular de trabalho, tomado como exemplo, abrange cinco dimensões: social, organizacional, racional, político-econômica e legal, embora haja oscilações em seu foco. Acredita-se que isto esteja relacionado com o próprio processo de incubação, que é planejado para enfatizar a adesão a valores de solidariedade essenciais para a sustentação desta modalidade organizacional. O desafio ao longo do processo pedagógico

gico de formação de uma cooperativa é o de conciliar aspectos sociais, ideológicos e produtivos, visto que a adesão a valores coletivos é fundamental, porém insuficiente para garantir sua capacidade de autogestão, o que exige um duplo preparo: o de gestor social (co-partícipe do processo de gestão) e o de técnico-profissional (competência específica para produzir um resultado). Conforme a fase em que se encontra o processo de incubação, a ênfase da formação recairá no aspecto social, ideológico ou produtivo, embora estejam inter-relacionados.

Considera-se, então, que a compreensão dos significados da cooperativa em momentos distintos de seu funcionamento poderá favorecer o acompanhamento do processo de incubação ao fornecer informações sobre a construção da identidade de ser cooperado (o que significa pertencer a uma organização cooperativa) e, em consequência, rever o planejamento e a proposta original de incubação, ajustando-os tanto às especificidades do grupo quanto às exigências do mercado.

Embora a presente análise tenha limites, na medida em que se concentra somente na compreensão do significado da cooperativa em dois momentos distintos e se restringe à experiência de um grupo de mulheres da periferia de Salvador (o que é insuficiente para esclarecer em detalhes o cotidiano de uma cooperativa popular de trabalho), sua contribuição está em evidenciar que ao longo do processo de incubação ocorrem mudanças nas perspectivas que os associados têm da cooperativa e que se apresentam como um desafio para os responsáveis pelos processos de incubação. Negligenciar ou desconhecer os fatores que contribuem para estas mudanças pode dificultar a viabilização de uma proposta cooperativista de trabalho. Sugere-se, portanto, estudos mais aprofundados dos fatores que podem contribuir para a adesão e a efetivação de empreendimentos solidários e dos impactos gerados no desenvolvimento local a partir da implementação de um sistema econômico alternativo, em que o capital social se sobreponha ao capital financeiro.

Conclui-se que o cooperativismo popular de trabalho enfrenta desafios, visto que lida com pessoas tecnicamente pouco qualificadas, sem experiência administrativa e baixa capacidade gerencial para garantir a sobrevivência desta modalidade de empreendimento no mercado. Acompanhar o processo de incubação, então, torna-se relevante na medida em que favorece a análise das chances de êxito deste tipo de empreendimento, bem como permite a reorientação de ações para que os esforços de formação de cooperativas gerem resultados mais efetivos ao procurar integrar os valores de solidariedade e de ajuda mútua ao processo de produção e de troca de bens e serviços em uma sociedade fortemente marcada pela competitividade.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, F.J.B.; MASCAREÑO, R.M.P.; LUCENA, W.D. "Considerações não-ortodoxas sobre as cooperativas e o cooperativismo". **Psicologia e Sociedade**, v.1, n.1, 2001, p.41-61.
- ALBUQUERQUE, F.J.B. e CIRINO, C.S. "Expectativas e crenças dos usuários sobre as cooperativas agrárias". **Pot Psicologia: Organizações e Trabalho**, v.1, n.2, p.73-96, jul/dez, 2001.
- BASTOS, A.V.B. "Organização e cognição: o que emerge desta interface?". In: RODRIGUES, S. B.; PINA, M.(orgs.). **Estudos Organizacionais: Novas perspectivas na administração de empresas**. São Paulo: Iglu, 2000.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico**, Rio de Janeiro, 2000.
- DRUCK, Graça. "Flexibilização e Precarização: formas contemporâneas de dominação do trabalho". Caderno CRH, Salvador, n. 37, 2002.

GAIGER, L.I. "Virtudes do trabalho nos empreendimentos econômicos solidários". **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**, Buenos Aires, ano 7, n.13, p. 05-15, 2001.

OLIVEIRA, Fernando. "Cooperativismo e associativismo de trabalho: a emergência das economias sociais na nova ordem globalizada". **Ops**, Salvador, v.2, n.6, p. 16-20, 1997.

PANGEA - CENTRO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS. **Programa de Economias Sociais e Cooperativismo**, mimeo, 1998.

SANTOS, B. de S. e RODRÍGUEZ, C. "Introdução: para ampliar o cânone da produção". In: **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. SANTOS, B. de S.(ORG),. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA. **Boletins de Ocorrência**, Salvador, Bahia, 2000.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

TRIANDIS, H. C. **Individualism and collectivism**. Greeley, CO: Westview Press, 1995.